



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Eixo 2 – FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: o trabalho profissional de
Assistentes Sociais**

**Demandas e respostas profissionais do trabalho do assistente
social na educação básica no Amazonas**

Shirley Vitória Teixeira de Menezes¹
Viviane Gonçalves de Araújo²
Roberta Ferreira Coelho de Andrade³
Adriana Oliveira Freitas⁴

Resumo

O presente artigo tem como objetivo evidenciar as demandas e respostas profissionais do trabalho dos assistentes sociais na educação básica no Amazonas. Para tanto, contextualiza a inserção dos assistentes sociais na educação básica no Brasil e destaca as demandas e respostas profissionais do trabalho dos assistentes sociais na educação básica no Amazonas. Para a sua construção, foram utilizados os resultados de duas dissertações defendidas nos anos de 2022 e 2023, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas, vinculadas ao Grupo de Pesquisa e Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS).

Palavras-chave: Serviço social; Trabalho profissional; Educação básica; Amazonas.

Abstract

The aim of this article is to highlight the professional demands and responses to the work of social workers in basic education in Amazonas. To this end, it contextualizes the inclusion of social workers in basic education in Brazil and highlights the professional demands and responses to the work of social workers in basic education in Amazonas. For its construction, the results of two dissertations defended in 2022 and 2023, in the Postgraduate Program in Social Work and Sustainability in the Amazon (PPGSS) of the Federal University of Amazonas, linked to the Research and Studies Group on Social Work, Work and Rights in the Amazon (ESTRADAS), were used.

¹ Assistente Social, servidora estatutária da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas, lotada na Coordenadoria Regional de Educação de Maués, Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e e-mail: shirleyvitoriamezses@gmail.com.

² Assistente Social, servidora estatutária da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas, Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e e-mail: viviannyaraujo@hotmail.com.

³ Assistente Social, professora associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, bolsista produtividade em pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia, pós-doutora em Serviço Social, e-mail: robertaferreira@ufam.edu.br

⁴ Assistente Social, pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa ESTRADAS – Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (PPGSS UFAM), especialista em Serviço Social e Saúde, e-mail:adrianaoliveirafreitas@gmail.com.



Keywords: Social work; Professional work; Basic education; Amazonas.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, os assistentes sociais são identificados nos espaços sócio-ocupacionais da educação, desde a emergência da profissão. A política de educação, enquanto espaço de trabalho, é permeada por desafios e pela disputa de projetos diferentes de educação.

Vemos nesse cerne uma disputa por uma educação de qualidade, crítica, transformadora, que possibilite aos sujeitos caminhos de uma transformação societária diferente do modelo capitalista. Por outro lado, temos a luta por uma educação com interesses mercadológicos, tanto para a construção do empregado “ideal”, operativo e servil, assim, as escolas tornam-se “fábricas” de soldados que vão ser utilizados como mão de obra com suas habilidades e competências para operar aos interesses do capital. Contudo, nem todos os soldados fabricados serão incorporados e irão buscar outras formas de sobrevivência.

Explicar essas tensões existentes se faz necessário, pois é neste contexto que os assistentes sociais serão inseridos nos espaços sócio-ocupacionais da política de educação. Embora haja registros sobre o trabalho dos assistentes sociais nesta política desde a década de 1930, foi a partir da década de 1990, com a Constituição Federal de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, com a descentralização administrativa, que foram ampliados os espaços de trabalho profissional na educação.

Outro fator importante a ser destacado é a relação de subalternidade em que o país se encontra, aderindo a acordos e pactos de organismos internacionais econômicos, com suas diretrizes e metas a serem alcançadas, criando assim programas e projetos com um viés neoliberal, o qual dará direção à política de educação brasileira, direção esta inadequada para o contexto do país e as suas múltiplas realidades regionais e locais, adensando ainda mais as desigualdades já existentes.

Neste cenário, o trabalho do assistente social na educação básica se insere em uma dupla determinação: a primeira ligada ao objeto de trabalho, as múltiplas expressões da questão social, vinculadas às demandas reais da classe trabalhadora e a segunda determinação, que vincula o trabalho profissional inserido em programas e projetos com o intuito de garantia do acesso e permanência na educação, dentro de uma ótica mercadológica a favor dos interesses do capital.

Assim, o presente artigo traz aproximações ao trabalho dos assistentes sociais no Amazonas, com ênfase às demandas e respostas profissionais na educação básica, na



capital e no interior do Amazonas. A sua construção se deu a partir de duas dissertações de mestrado, defendidas nos anos de 2022 e 2023, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas, vinculadas ao Grupo de Pesquisa e Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS).

O texto está organizado em três partes. A primeira delas corresponde a uma breve contextualização da educação básica enquanto espaço de trabalho dos assistentes sociais, a segunda aborda as demandas e respostas dos assistentes sociais na cidade de Manaus e a terceira parte volta-se para as demandas e respostas nos demais municípios do Amazonas.

A relevância social deste artigo corresponde a publicizar os dados das pesquisas das duas dissertações defendidas, que abordam sobre o trabalho dos assistentes sociais na educação básica no Amazonas, tendo em vista que as obras são as primeiras dissertações que evidenciam o trabalho que vem sendo realizado na educação básica no estado.

2. Política de educação como espaço de trabalho de assistentes sociais

Há relatos da presença do Assistente Social na área educacional desde a década de 1930. Conforme relata CFESS (2011), as experiências progressistas de educação popular sofreram intensa repressão da ditadura civil-militar, implantada no Brasil em 1964, de modo que se restringia somente a pequenos espaços como igrejas, associações de bairro. Entretanto, somente em 1990 foi possível perceber um amadurecimento do projeto ético-político profissional do assistente social a partir da observação no aumento do número de trabalhos inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais.

Sob a ótica de Santos (2010), a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, marcou o surgimento de mudanças no campo educacional com o objetivo de colaborar com as atividades profissionais e acadêmicas dos educadores, estudantes e demais envolvidos no processo educacional.

Em 2004, o Conselho Federal de Serviço Social solicitou ao professor Ney Luiz Teixeira de Almeida a elaboração de um parecer sobre os projetos de lei que versavam sobre a inserção do/a assistente social na área de educação. Naquela ocasião, foi então elaborado pelo referido professor o documento intitulado "Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na educação" (CFESS, 2011, p. 6).

A luta começou a ganhar mais força durante a gestão 2008-2011, em virtude da constituição do grupo técnico Serviço Social na Educação, reunindo com frequência,



acompanhando projetos de lei e propostas de emendas que tramitavam no Congresso Nacional.

O Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. Assim, a intervenção do assistente social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciência, com a linguagem que é a relação social (Santos, 2009, p. 1).

Os grandes problemas da sociedade, tais como: violência contra mulher, abandono contra idosos, o desemprego, a desestruturação das relações familiares etc. contribuem para uma desestruturação do aluno no ambiente escolar. Diante disso, o Serviço Social inserido no contexto escolar possui várias estratégias para trabalhar com estas questões. Dessa forma, a inserção desse profissional na educação torna-se indispensável e necessária.

São várias as atribuições do assistente social na educação, tendo como objetivo principal garantir a permanência do educando na escola com qualidade. O assistente social por meio de sua prática, amplia, contribui, e está comprometido com a democracia e o acesso aos direitos sociais nas políticas de educação.

Sob a ótica do CFESS (2001), a inserção do Serviço Social no campo educacional confere uma possibilidade de realização de diagnósticos sociais, bem como a indicação de possíveis alternativas no que diz respeito às problemáticas sociais vivenciadas por crianças e adolescentes de modo a refletir em melhores condições de enfrentar as dificuldades escolares.

Ainda de acordo com CFESS (2011, p. 25):

Pensar a inserção dos assistentes sociais na área de educação nos coloca o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e de permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital.

Nesse sentido, o Serviço Social pode contribuir na identificação dos fatores sociais, culturais e econômicos, que mais afligem o campo educacional atualmente. Dentre eles, merecem destaque a evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, entre outros. Todos necessitam de uma intervenção não apenas do Assistente Social, mas de uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, educadores e familiares.

Cabe destacar que a inserção do profissional em Serviço Social na escola não faz com que sejam desenvolvidas ações substitutivas às desempenhadas pelos educadores, de modo que o Assistente Social pode contribuir no sentido de subsidiar ou auxiliar a escola e



os envolvidos no processo, buscando enfrentar questões integrantes da pauta da formação e do fazer profissional do Assistente Social, sobre as quais a escola nem sempre sabe intervir.

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuações que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera de cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio (Almeida, 2000, p. 74).

Importante salientar que o profissional em Serviço Social inserido no ambiente escolar deve estar capacitado ao trabalho com programas voltados à prevenção, de modo que não desperdice seu tempo apenas com problemas sociais e sim que haja preocupação na promoção de encontro da educação com a realidade social do aluno, bem como a família e a comunidade em que este se encontre inserido.

Compreender a educação como uma política social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, indica também uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação, onde precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade (SETEC, 2008, p. 8).

O Conselho Federal de Serviço Social, em parecer jurídico 23/2000, elencou algumas atividades técnicas profissionais que podem ser executadas pelo Serviço Social Escolar: a) pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar; b) elaboração e execução de programas de orientação social e familiar; c) articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais, entre outras com o objetivo de encaminhar pais e alunos para o atendimento de suas necessidades; d) participação em programas voltados à prevenção da violência, uso de drogas e alcoolismo, entre outros.

A contribuição do Serviço Social poderá ser significativa, pois seu trabalho se caracteriza em articular estas diferentes formas de organização e ter sempre presente uma leitura/diagnóstico do contexto social, levantando suas dificuldades ou necessidades. O Serviço Social poderá trazer para o espaço interno da escola elementos da comunidade em que esta esteja inserida (CFESS, 2001, p. 14).

Diante do exposto, cabe ressaltar que o trabalho profissional no campo educacional abre um leque de possibilidades de contribuição do Serviço Social neste campo, porém há necessidade de uma sistematização dessa atuação no contexto escolar.

3. Trabalho das assistentes sociais na educação básica em Manaus



Dentro do contexto das desigualdades sociais que impactam no espaço escolar, os assistentes sociais se inserem nos espaços sócio-ocupacionais no sentido de responder às demandas que emergem nestes locais ao mesmo tempo que há requisições profissionais sob forma de programas e projetos que estes tendem a coordenar ou estão vinculadas.

Antes de elencarmos as demandas profissionais e as requisições, faz-se necessário destacar que as demandas profissionais são aquelas que emanam das necessidades sociais e se relacionam com as múltiplas expressões da questão social, que são o objeto de trabalho do assistente social, e as requisições são aquelas que são cobradas pelo empregador, embora estas também se relacionem com a questão social. (Vasconcelos, 2017).

A pesquisa de Menezes (2022) revelou que, em Manaus, 57 assistentes sociais trabalham na educação básica, das quais vinte assistentes sociais estão nos espaços da rede estadual de educação, lotadas nas Coordenadorias de educação em Manaus, na sede da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas – SEDUC/AM, vinte e duas assistentes sociais na rede municipal de educação de Manaus, nas coordenadorias distritais e Centro Municipal de atendimento Psicopedagógico e quinze assistentes sociais inseridas nas escolas particulares.

Precisamos destacar que a inserção das profissionais nos espaços ocorre por diversas formas, tais como concurso público, vínculo por meio do regime da Consolidação das leis do Trabalho (CLT) e contratos temporários, e que isso impacta diretamente nas demandas, requisições e respostas profissionais. (Menezes, 2022).

O fluxo de atendimento do serviço social nas instituições educacionais públicas em Manaus corresponde a 57% de demanda institucional, enquanto apenas 17% são livres demandas, 13% são agendamentos e 13% procedentes de encaminhamentos externos. (Menezes, 2022).

Os dados evidenciados se relacionam ao que Vasconcelos (2017) pontua sobre as demandas artificiais/manipuladas/ manipuladoras e alienantes, em que o empregador, neste caso o Estado, tende a requerer as habilidades das profissionais, definindo as demandas que serão atendidas. Assim, as assistentes sociais são inseridas nestes espaços com o intuito de responder às demandas selecionadas institucionalmente.

Dentre as demandas dos usuários da rede pública de educação identificadas estão:

Contato/intermediação com outras instituições na tentativa de assegurar-lhes direitos, Orientações/encaminhamentos para rede de proteção à criança e à mulher vítima de violência, orientações/encaminhamentos sobre definição de guarda, divórcio, Informações a respeito de instituições onde possam ser atendidos para lidar com algumas expressões da questão social, tais como, fome, saúde, desemprego, violência, a inclusão de criança com deficiência na escola regular, Orientações/encaminhamentos do aluno/servidor PCD; absenteísmo Orientações e encaminhamentos nos casos de transtornos mentais e evasão escolar"; "Problemas



envolvendo saúde mental, Orientações sobre afastamentos e licenças de servidores." (Menezes, 2022, p.76).

Dentro do contexto escolar, em que há rebatimentos das múltiplas desigualdades nos espaços escolares, os assistentes sociais buscam sua intervenção na intermediação dos direitos, sejam eles, de crianças e adolescentes, como dos demais servidores da educação, principalmente dentro do contexto de pandemia da Covid-19 em que a pesquisa de Menezes (2022) foi realizada.

Na rede privada, observamos que 100% dos profissionais de Serviço Social têm uma maior aproximação com os usuários, pois estão inseridos diretamente na escola, o que possibilita um reconhecimento das demandas dos usuários e reconhecimento das expressões da questão social. Neste contexto, 67% do contato ocorre por livre demanda, 33% via demanda institucional e 33% por agendamento. Dentre as demandas dos usuários que requisitam o trabalho profissionais estão:

Contato/intermediação com outras instituições na tentativa de assegurar-lhes direitos, orientações/encaminhamentos para rede de proteção à criança e à mulher vítima de violência, orientações/encaminhamentos sobre definição de guarda, divórcio, informações a respeito de instituições onde possam ser atendidos para lidar com algumas expressões da questão social, tais como, fome, saúde, desemprego, violência, a inclusão de criança com deficiência na escola regular. (Menezes, 2022, p.76).

Evidenciam-se que as demandas que perpassam os espaços sócio-ocupacionais da educação em Manaus, onde as profissionais se encontram, apresentam semelhanças e diferenças. A partir dos dados, vemos que os profissionais da rede pública costumam atender servidores e crianças e adolescentes, enquanto o que as profissionais da rede privada delimitam seu atendimento a crianças e adolescentes.

Quanto às respostas dadas a estas demandas, a pesquisa de Menezes (2022) demonstra que, na rede pública, as respostas profissionais são múltiplas, entres elas, a formação continuada para uma intervenção qualificada, reafirmação das competências e atribuições do assistente social, exigência de condições de infraestrutura para os atendimentos, o trabalho em rede para a garantia e proteção dos direitos dos usuários etc.

Ao mesmo tempo, a pesquisa explicitou que há profissionais que desconhecem ou não possuem estratégias para responder às demandas, o que expressa um conformismo ou transferência do trabalho profissional para outros profissionais. (Menezes, 2022).

A pesquisa supracitada demonstrou ainda que, embora existam desafios existentes ao trabalho das assistentes sociais em Manaus, que se relacionam às condições materiais em seus espaços precarizados, há resistência dos profissionais na direção de viabilização dos direitos e busca de estratégias para responder às múltiplas expressões da questão social que se refletem no espaço escola.



Iamamoto (2012) destaca que o desafio profissional do assistente social na contemporaneidade compreende romper com um trabalho no viés fatalista – que reforça ao profissional a compreensão de que a realidade não é passível de mudanças – e messiânico, a partir do qual o profissional acredita que através de seu trabalho pode “salvar” aquele usuário, colocando-se como seu salvador.

Nesse cerne, fica claro que há muitos obstáculos ao trabalho das assistentes sociais da educação básica em Manaus. Contudo, 83% das profissionais compreendem que apenas as suas estratégias não são suficientes para responder às múltiplas expressões da questão social (Menezes, 2022). As profissionais entendem que a questão social é complexa e que demanda outras intermediações, até porque sua resolução não é tão simples e, tampouco, responsabilidade de uma profissão. Ademais, no sistema capitalista, o trabalho profissional se desenvolve em condições de trabalho nem sempre favoráveis e, ainda, há entraves à própria articulação intersetorial com demais políticas, necessárias à garantia de direitos. (Menezes, 2022).

4. Trabalho na educação básica no interior do Amazonas

Vamos agora explorar as demandas presentes na educação básica em cidades do interior do estado, informações cruciais para entendermos o papel do Serviço Social na educação básica no Amazonas. A pesquisa realizada por Araújo (2023) destacou demandas, como: trabalho infantil, dificuldades de acesso a serviços públicos, falta de transporte escolar e violação de direitos de crianças e adolescentes, que não diferem das demandas presentes na educação básica presentes em várias partes do Brasil.

Os resultados mostram que os profissionais não têm reconhecido adequadamente as particularidades regionais. Isso sugere que assistentes sociais na educação básica do interior do Amazonas ainda enfrentam dificuldades em compreender as especificidades socioambientais e culturais da região, que afetam as respostas profissionais no desenvolvimento do trabalho que respeite a relação homem-natureza na região, seu *modus vivendi* e sua identidade cultural.

Andrade, Menezes e Araújo (2022) advogam que, na região em questão, existem realidades distintas entre as áreas urbanas e rurais, cada uma apresentando necessidades e demandas específicas para o trabalho profissional. Em se tratando da política de educação básica, os assistentes sociais que trabalham na Amazônia enfrentam o desafio significativo de identificar as demandas regionais, compreendendo os elementos fundamentais da questão social na Amazônia, o modo de vida dos ribeirinhos, suas particularidades e as características educacionais e pedagógicas associadas a eles.



Compete aos assistentes sociais que trabalham na região Norte contribuir para identificar as demandas específicas da região. É essencial que reconheçam que os elementos centrais da questão social e ambiental na Amazônia têm origem comum: as práticas destrutivas do meio ambiente e da força de trabalho pelo capitalismo na região amazônica (Teixeira, 2008).

Ao falarmos de particularidades da questão social na região Amazônica, é importante considerar que concordamos com Yamamoto (2007) quanto ao entendimento de questão social como produto da relação desigual entre capital e trabalho. Na Amazônia, numa configuração de capitalismo dependente, a dura ofensiva sobre os recursos naturais e os povos que nela habitam dão nuances que não podem ser ignorados.

A investigação de Araújo (2003) destacou quatro expressões vivenciadas pela comunidade escolar da rede pública de ensino nas quatro mesorregiões do Amazonas: relações fronteiriças e fluxos migratórios, questão socioambiental, insegurança alimentar e discriminação étnico-racial. É válido ressaltar que, no interior do Amazonas, também há outras manifestações da questão social no ambiente escolar que já foram amplamente abordadas em obras sobre o Serviço Social na educação, as quais também são sentidas no espaço urbano, como violência, abandono, *bullying*, dentre outras.

As relações fronteiriças e fluxos migratórios apresentam-se como uma tendência para o trabalho profissional no estado, requerendo estratégias para melhor compreensão das necessidades de grupos populacionais em situação de migração (imigração e emigração), já que envolve o reconhecimento de culturas diferenciadas e das condições de vida e de trabalho (Araújo, 2023).

Portanto, é crucial entender que a migração das populações tem gerado grupos sociais distintos, já que o Amazonas compõe a tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana e Brasil/Peru/Colômbia. Esses grupos são formados por diferentes culturas ou etnias, que buscam estabelecer uma convivência e comunicação comum, ao mesmo tempo em que mantêm fortemente suas tradições e práticas sociais na vida diária. Essa realidade pode resultar em conflitos de perspectivas, crenças ou interesses entre eles.

Outro destaque diz respeito à questão socioambiental, que envolve conflitos territoriais derivados de expressões estruturais e conjunturais, resultantes do processo histórico de ocupação e dos ciclos econômicos impostos à região, que determinaram as desigualdades socioeconômicas e políticas da sociedade de classes e suas manifestações (Chaves; Santos; Dacilien, 2022). Desse modo, os(as) assistentes sociais na região Norte têm um grande desafio na atualidade, que é a sua qualificação para dar conta de questões contemporâneas, como a crise socioambiental. Pois, na Amazônia, observa-se um contexto de mudanças socioambientais e na configuração das políticas públicas sociais, o que é acirrado pela contínua expansão do capital e pela adoção dos preceitos neoliberais.



Assim, a expansão das relações capitalistas levou a uma intensa exploração dos recursos da biodiversidade na Amazônia, resultando em aumento da desigualdade, pobreza e vulnerabilidade social e ambiental, além da exclusão de comunidades tradicionais de seus territórios. Isso gerou conflitos territoriais que afetaram o *modus vivendi* e o trabalho nessas comunidades, como ribeirinhos, varzeiros, pescadores e extrativistas. Os conflitos envolvem também pequenos agricultores, indígenas, quilombola, devido à distribuição desigual de terras e à negligência do governo federal.

Outro ponto relevante é a problemática da insegurança alimentar e nutricional no Amazonas. As mudanças climáticas têm uma relação direta com a insegurança alimentar, afetando não apenas o Brasil, mas o mundo inteiro. Essas mudanças climáticas, como extremos de temperatura, secas prolongadas e inundações, têm impactos significativos na produção agrícola, causando degradação do solo e perda de biodiversidade. Isso resulta em queda na produção de alimentos, aumento dos preços e, conseqüentemente, em fome e desnutrição, especialmente em comunidades rurais e outras regiões vulneráveis.

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado conflitos devido à entrada de capital transnacional na Amazônia, onde comunidades tradicionais predominam, para a produção de *commodities*, como algodão, cana-de-açúcar, milho e soja. A falta de controle social e acesso à terra amplia a injustiça social e aumenta a probabilidade de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) moderada a grave. Isso resulta na redução da disponibilidade, acesso e consumo de alimentos, afetando a qualidade e a regularidade da alimentação básica, especialmente para crianças, prejudicando seu crescimento e desenvolvimento e contribuindo para maiores taxas de mortalidade infantil nessas populações (Bezerra *et al.*, 2019).

Outro aspecto relevante a ser destacado é a discriminação étnico-racial. Embora as atividades sobre igualdade racial e combate à discriminação étnico-racial frequentemente se concentrem na população negra, é crucial que os profissionais que trabalham na região amazônica também considerem os povos originários e as comunidades tradicionais, mesmo que sua identificação seja desafiadora. Os assistentes sociais, em particular, devem desempenhar um papel na desconstrução da cultura de violência e discriminação étnico-racial, promovendo debates e sensibilização sobre a marginalização de mulheres negras, indígenas e de comunidades tradicionais.

Além disso, devem preservar, estimular e valorizar a cultura afrodescendente, indígena e das comunidades tradicionais, bem como conduzir pesquisas e projetos relacionados às relações étnicas, quilombolas, população negra, povos originários e comunidades tradicionais (Amazonas, 2019).

As principais demandas institucionais dos assistentes sociais na educação básica do Amazonas podem ser agrupadas em cinco áreas prioritárias. A primeira é a intervenção



junto aos estudantes, famílias e comunidade, com foco na aproximação entre escola e família. O trabalho dos assistentes sociais abrange não apenas os estudantes, mas também suas famílias e trabalhadores da educação, promovendo a valorização da autonomia e participação nos processos de gestão escolar e controle social. A segunda e a quarta demandas – visitas domiciliares e busca ativa – estão intimamente ligadas, visando compreender as razões da infrequência e evasão escolar para garantir o acesso e permanência na educação.

A terceira demanda trata-se da realização de palestras e oficinas sobre temas transversais que fazem parte da dimensão pedagógico-interpretativa e de socialização de informações sobre direitos sociais e políticas sociais. Observam-se atividades socioeducativas com a comunidade escolar, palestras sobre saúde, oficinas temáticas com funcionários e cursos de formação de educadores.

A função pedagógica do Serviço Social tem variado ao longo da história da profissão, refletindo os movimentos das classes sociais e a reorganização do capital. Essa função pedagógica está intrinsecamente ligada a uma cultura e modo de vida específicos, e influencia a construção e reprodução da sociabilidade. O princípio educativo nas ações profissionais indica a direção da sociabilidade para a qual o profissional se orienta, sendo essencial que este nexos educativo seja compreendido e desvelado pelo profissional para instrumentalizar ações coerentes com suas perspectivas teóricas e políticas (Abreu, 2011).

As demandas espontâneas ou apresentadas pelos usuários envolvem principalmente solicitações relacionadas à obtenção de informações, mediação e acesso a outras políticas sociais ou instituições, visando resolver questões sociais específicas. Especificamente, as principais demandas incluem orientações e/ou encaminhamentos relacionados a situações de violência, seja contra crianças e adolescentes ou contra mulheres. Uma contribuição significativa reconhecida pelo Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho é facilitar o acesso dos usuários às informações e recursos necessários para garantir seus direitos. As demandas provenientes dos usuários corroboram essa função essencial do Serviço Social (Araújo, 2023).

Independentemente do tipo de demanda, todas exigem respostas profissionais nos diversos espaços ocupacionais do Serviço Social. As demandas e respostas profissionais são interligadas, sendo consideradas fundamentais na análise da profissão. Enquanto as demandas sociais impulsionam iniciativas de intervenção social, as respostas profissionais são elaboradas pelos assistentes sociais nessas iniciativas. Os assistentes sociais podem optar por limitar-se a responder às demandas imediatas e institucionais ou, através de uma abordagem crítica, podem ir além do imediato, interpretando e analisando essas demandas conforme uma perspectiva teórico-social crítica. A direção ético-política e a postura ético-



profissional adotada influenciam diretamente as ações e instrumentos de intervenção utilizados pelos assistentes sociais.

Os profissionais enfrentam diversas dificuldades em sua prática na política de educação. A primeira dificuldade diz respeito à falta de conhecimentos específicos necessários para o trabalho, que poderiam ser supridos por cursos de formação continuada não oferecidos pelas instituições empregadoras. Outras dificuldades incluem a falta de condições éticas e técnicas adequadas, como espaço de trabalho adequado e imposição de atividades alheias à profissão. Além disso, há precariedade nos serviços sociais oferecidos nos municípios, com escassez de equipamentos sociais e profissionais. A logística também é um desafio, especialmente em áreas remotas (Araújo, 2023).

5. Considerações finais

O presente artigo buscou trazer aproximações sobre as demandas e respostas profissionais no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais na educação básica no Amazonas.

Procuramos destacar uma breve história da inserção dos assistentes sociais na política de educação. Tal inserção ainda possui muitos desafios, mesmo após anos de luta da categoria profissional impulsionada nos anos 2000, tendo como resultado a Lei 13.935/2019, que inclui os assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas. Os assistentes sociais na educação básica no Amazonas ainda são poucos, considerando a realidade do estado.

As demandas sociais decorrem das múltiplas expressões da questão social que refletem no espaço escolar. Identificamos que as assistentes sociais em Manaus têm tentado trilhar caminhos que viabilizem os direitos que estão sendo violados. Nesse cenário, outro elemento que encontramos se refere às condições de trabalho das instituições que violam os direitos das próprias profissionais.

Essas dificuldades evidenciam deficiências na operacionalização das políticas públicas, especialmente no interior do estado, onde os assistentes sociais dependem das condições oferecidas por seus empregadores e da articulação com uma rede de serviços operada pelo poder público municipal, estadual e federal. Considerando as particularidades regionais, é essencial abordar esses desafios para garantir o direito à educação.

É fundamental que os profissionais estejam capacitados para conduzir suas atividades com os diversos grupos que residem na Amazônia. É essencial realizar um trabalho com esses grupos na educação básica no Amazonas.

6. Referências



ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, N. L. T. O Serviço Social na educação. **Revista Inscrita**, n 6, Brasília, 2000.

AMAZONAS. **Lei n. 4.925**, de 17 de setembro de 2019. Institui, no âmbito do Estado do Amazonas, o Programa de Prevenção e Enfrentamento à Discriminação Étnico-Racial. Diário Oficial do Amazonas, 2019.

ANDRADE, R. F. C.; MENEZES, S. V. T.; ARAÚJO, V. G. In: ANDRADE, R. F. C. et al. (Orgs.). **Direitos, trabalho e gestão social**: elos indissociáveis para a proteção social brasileira. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022, p. 163-181.

ARAÚJO, V. G. **O Serviço Social na educação básica**: navegando entre rios e florestas no Amazonas. 174 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2023.

BEZERRA, M. S. *et al.* Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, 2020, p. 3833-3846

CFESS. **Grupo de Estudos sobre serviço social na educação**. Brasília, setembro, 2001.

CFESS. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília, junho, 2011.

CHAVES, M. P. S. R.; SANTOS, C. C. B.; DACILIEN, R. Questão social e serviço social na Amazônia: uma experiência de pesquisa e extensão universitária. In: ANDRADE, R. F. C.; PINHEIRO, H. A.; CHAVES, M. P. S. R.; FERNANDEZ, C. B. **Questão Social e Serviço Social na Amazônia**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022, p. 105-122.

IAMAMOTO, M. V. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs) **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 2. ed. – São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação. 23ª. ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

MENEZES, S.V.T. D. **O trabalho das assistentes sociais entre labirintos e saídas**: trilhas da educação básica em Manaus. 2022. 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

SANTOS, A. M. D. **As contribuições do Serviço Social para a realidade Escolar no Brasil**. Artigo (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria -UFSM, Santa Maria/RS, 2009.

SANTOS, A.M.D. **A política de educação no Brasil**: implantação do serviço social escolar. Artigo. Disponível em: <http://servicosocialescolar.blogspot.com.br/2010>. Acesso em: 22. abril. 2012

SETEC. **Concepções e diretrizes**. Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia. Brasília: MEC, 2008.



TEIXEIRA, J.B. Meio ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 141-152, 2008.

VASCONCELOS, A. M. D. **O/A assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações** [Livro eletrônico], São Paulo: Cortez, 2017.